

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Letícia Chaves Azevedo

**O caminho do território dentro da psicologia: uma revisão de literatura**

**MACEIÓ**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Letícia Chaves Azevedo

**O caminho do território dentro da psicologia: uma revisão de literatura**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Luders  
Fernandes

**MACEIÓ**

**2024**

## **O caminho do território dentro da psicologia: uma revisão de literatura**

**Resumo:** O presente trabalho busca apresentar uma visão geral sobre como o território tem sido explorado no contexto da psicologia em estudos acadêmicos no Brasil, destacando como o uso do conceito de território se relaciona com questões de territorialidade, práticas de saúde e subjetividade. Metodologicamente, com base na revisão sistemática de literatura, foi feita a análise e categorização de artigos publicados entre 2013 e 2023, em periódicos nacionais de psicologia e definidos 15 estudos finais. As pesquisas se mostraram relevantes nas temáticas de estudos em territórios urbanos marginalizados e vulneráveis, nas políticas públicas de saúde mental, práticas de cuidado, subjetividade e territórios rurais.

**Palavras-chave:** território; subjetividade; políticas públicas; saúde mental.

### **Introdução**

A noção de território se apresenta de uma maneira interdisciplinar em que é possível realizar uma discussão com contribuições em diversas áreas do conhecimento. Assim, por meio de uma abordagem psicossocial entendeu-se que as individualidades formadas a partir das relações que os sujeitos constroem são atravessadas pela espacialidade em que há um sistema de interdependências complexas (SOUSA, 2020). Entende-se o sujeito como produto e produtor da realidade humana, um ser situacional a partir de um contexto e temporalidade, sendo assim implicado em um território. Dessa maneira, é possível compreender que os estudos sobre os sujeitos se apresentam diante de perspectivas correlacionais entre a espacialidade das estruturas sociais e a socialização das estruturas espaciais. Esses princípios permitem realizar considerações sobre o conceito de território, como ele está posto em diversas áreas do conhecimento e atravessa de maneira essencial e indissociável os estudos de comportamento humano dentro da psicologia (SOUZA, 2020).

Em diferentes momentos da história constroem-se concepções do que se identifica como o conceito de território. A princípio, o entendimento desses estudos foi enviesado para uma noção unidimensional (com o enfoque voltado para a dimensão material da realidade) ou estadocêntrico (foco voltado para o Estado). Contudo, houve uma ruptura desses modelos teórico-metodológicos marcada na

década de 70, em que se buscou reformular a estrutura teórica base da Geografia até então, e pensar nas relações espaciais de poder desenvolvidas naqueles territórios, portanto não restringindo mais somente ao viés das relações econômicas e Estatais (NETO, 2021).

Estudos sobre a relação entre o espaço dito como território e os sujeitos que ali ocupam ganharam força frente ao legado de uma geografia a-histórica, positivista e quantitativa, esta, que se tornou limitada à visão econômico-capitalista. (FURTADO, 2016). Dessa maneira, Haesbaert (2012, p. 92) diz que “[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. [...]”. Essa tendência não abarca um território e assim, seus grupos sociais com temporalidades próprias, que constroem significados individuais e coletivos para o espaço, e que desenvolvem diversas maneiras de se relacionar, tanto com o território mas também, a partir dele. Enxerga somente uma superfície moldável sem temporalidade e imersa no ilusório tempo único e linear do capitalismo, unidimensional-materialista. (NETO, 2021).

Os novos estudos que contribuíram com essa ruptura deram um maior espaço para a Geografia Crítica e assim, a vertente da Teoria Social Crítica, na segunda metade do século XX. As ciências sociais e humanas estavam experimentando a superação das metodologias tanto estruturalistas, em que não se exaltava o papel do sujeito, bem como as ditas subjetivas, que supervalorizavam o sujeito em relação ao meio (NETO, 2021). Nomes como David Harvey, Milton Santos e Yves Lacoste foram essenciais para a construção da nova visão.

Dessa maneira, a nova tendência metodológica valorizava a união intrínseca dessas duas visões, tanto material quanto subjetiva, a partir disso, as análises das relações sociais foram realizadas levando em consideração a importância das duas dimensões e sua influência mútua, sendo um sujeito coletivo, bem como o espaço e lugar como entidade relacional, que não existe antes das identidades e de suas relações (NETO, 2021).

Dessa forma, no período dos anos 70 no Brasil, e também em outros países como França e EUA, a geografia sofreu uma nova elaboração, principalmente a partir de quem trabalha com o princípio do materialismo histórico dialético, de Marx. O conceito de espaço geográfico se tornou uma categoria de explicação

fundamental, o espaço aqui entendido como fruto e condição dos processos sociais. (SILVA, 2008). Assim, para Milton Santos (1978, p.122) “(...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções”.

Segundo Silva (2008), Milton Santos, a princípio, dá maior ênfase em suas obras ao conceito de espaço, e o território é colocado como conceito subjacente, corresponde ao recorte fixo e definido do espaço pelo curso de construção de um Estado-nação. É posto como análise central o entendimento de sujeito-homem para a construção do mundo e do espaço. Já na década de 90, houveram mudanças de concepções, a compreensão de território tomou um maior destaque e foi formulada como uma configuração historicamente definida. Essa concepção é dada através da junção de dois fatores: os sistemas naturais que já existem em uma área e o acréscimo, construções/obras, que os homens instituíram a esses sistemas naturais.(SILVA, 2008)

Assim, o território é construído historicamente, negando a natureza primária e a construção dos homens se insere sendo a materialidade do território. Ações e objetos organizados sistematicamente, de maneira técnica e social, com função de aplicação no território para organizar e racionalizar o uso deste, são parcelas territoriais denominadas pelo autor de territórios locais normativos. Dessa maneira, Milton Santos faz o recorte do espaço para entender o território de maneira mais profunda. (SILVA, 2008).

A noção de território foi sendo introduzida em outras áreas do conhecimento, como na área da saúde. Como desenvolve Haesbaert (2012)

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, o território e a territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas (...) e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

No campo da saúde, a partir da Reforma Sanitária Brasileira e da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), houve um aprofundamento dos estudos sobre as divisões territoriais e a operacionalização para o funcionamento do serviço. Assim, a saúde coletiva e as ações desenvolvidas a partir dela contam com a importância da materialidade histórica e social conciliável com o sistema político-administrativo e institucional da região. Dessa maneira, implica a

participação coletiva e organização para que seja construído um lugar que promova a qualidade de vida e bem-estar a partir das contribuições. (MONKEI, 2008).

Com isso, o debate dentro da saúde envolve também o campo da construção da subjetividade e identidade, bem como Claval (1979) apresenta,

O espaço é um dos apoios privilegiados da atividade simbólica. Ele é percebido e valorizado de forma diversa pelos que o habitam ou lhe dão valor: à extensão que ocupam, percorrem e utilizam se superpõe, em seu espírito, aquela que conhecem, amam e que é para eles signo de segurança, motivo de orgulho ou fonte de apego. O espaço vive assim sob a forma de imagens mentais; elas são tão importantes para compreender a configuração dos grupos e forças que trabalham quanto às qualidades reais do território que ocupam.

É necessário a Psicologia se implicar sobre os processos psicossociais que se passam no espaços rurais e urbanos, discutir campo e cidade como totalidade, locais não fragmentados, complexas, cujas histórias são correlativas, ambos são processos relativos à produção do espaço. Nesse contexto, os conceitos de território e territorialidade tornam-se bases para entender o constante fluxo de (re)criação da vida individual e coletiva, localizada de forma espaço-temporal, tanto em áreas rurais quanto urbanas. É nessa situação que a ocupação das periferias também assume seus aspectos teóricos e metodológicos (SILVA, 2017).

Uma Psicologia que não entende a importância das relações entre o meio rural e urbano ao longo da história e em seu contexto temporal não apenas destaca seu envolvimento com uma área geográfica específica (como a urbana), mas também revela sua falta de sensibilidade em relação aos processos socioespaciais que moldam os indivíduos. Assim, pautar a produção de subjetividades vinculada aos métodos de produção do espaço implica que a Psicologia se comprometa em tornar visíveis indivíduos situados e a realidade concreta de suas existências, suas percepções, comportamentos e pensamentos (SILVA, 2017).

Diante disso, temos como objetivo, a partir de uma revisão sistemática da literatura, apresentar um panorama sobre o percurso da utilização do território dentro do âmbito da psicologia nas produções acadêmicas brasileiras e discutir a sua aplicação atrelada às temáticas da territorialidade, práticas de saúde e subjetividade. Assim, a pesquisa promove contribuições dentro dos estudos, segundo Felicissimo, Ferreira, Soares, Silveira e Ronzani (2013), examinar e refletir sobre a produção científica em um determinado campo possibilita a criação análises para orientar a atuação profissional e acadêmica nesse campo, promovendo a atualização de

estratégias mais eficazes, a troca de ideias e a divulgação dos resultados obtidos até agora.

## **Método**

Este artigo refere-se a uma revisão sistemática da literatura em que se propõe apresentar as produções acadêmicas de domínio público realizadas sobre as temáticas da territorialidade, território, práticas de cuidado e subjetividade dentro do âmbito da psicologia. Para o levantamento de artigos foram utilizadas as bases eletrônicas de dados Scielo, Lilacs e Capes CAFe, todas as bases permitem um refinamento de busca do conteúdo. As estratégias de refinamento empregadas foram feitas a partir da demarcação do idioma em português, definição do recorte temporal dos anos entre 2013 e 2023, aplicação dos periódicos para revistas de psicologia e a pesquisa em qualquer parte do artigo (resumo, corpo e palavra-chave) dos descritores: “Território” *AND* “práticas de cuidado” e “Territorialidade” *AND* “subjetividade”. No total foram encontrados 65 resultados. Para realizar o processo de seleção dos artigos científicos a partir da leitura dos resumos, foram definidos como critérios de exclusão: artigos repetidos, internacionais, artigos que fogem do tema central ou que não foram publicados em revistas de psicologia. Assim, após a leitura dos resumos foram selecionados 15 artigos para a amostra final.

A partir disso, os artigos escolhidos foram lidos de maneira integral e categorizados mediante os tópicos a seguir: o periódico em que foi publicado, ano de publicação, área de estudo, metodologia utilizada e assunto principal abordado.

O Quadro 1 apresenta as revistas, o número de artigos publicados em cada periódico e a área do conhecimento em que se inserem.

**Quadro 1: Número de artigos publicados por periódicos e por área.**

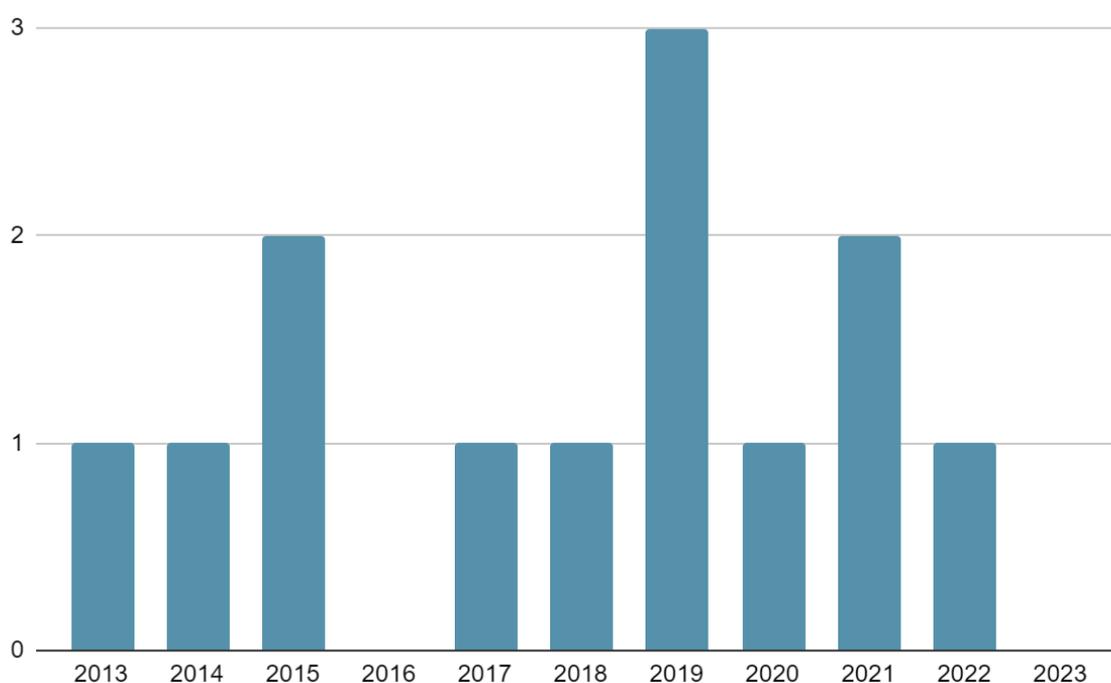
Revista	Nº de Artigos	Área
Psicologia: Ciência e Profissão	5	Psicologia
Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad	1	Psicologia
Psicologia em estudo	1	Psicologia

Revista	Nº de Artigos	Área
Psicologia Revista	1	Psicologia
Psicologia & Sociedade	3	Psicologia Social
Pesquisas e Práticas Psicossociais	1	Psicologia
Revista Subjetividades	1	Psicologia
Temas em Psicologia	1	Psicologia
Fractal: Revista de Psicologia	1	Psicologia

Fonte: Elaborado pelos autores

O Gráfico 1. mostra a quantidade de artigos por ano, sendo os anos com maior número de publicações respectivamente 2019, 2015 e 2021.

**Gráfico 1. Quantidade de artigos por ano.**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto aos resultados, os mesmos se referem aos procedimentos de coleta de dados dos estudos escolhidos e em seguida a apresentação e discussão dos conteúdos separados nos eixos temáticos. Em relação ao referencial teórico, a maior parte dos artigos não mencionam diretamente qual foi o referencial teórico utilizado, contudo os que mencionam fizeram uso da perspectiva cartográfica, da psicologia sócio-histórica, do pós-estruturalismo, da noção de saúde baseada em direitos humanos, da perspectiva psicossocial e da proposta espinosista de centralidade dos afetos.

### **Procedimentos das coletas de dados**

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, trata-se de estudos de caráter qualitativo, em que foram identificadas o maior número de pesquisas de campo em comparação a pesquisas bibliográficas. Houveram duas revisões de literatura e um ensaio, já os estudos de campo se destacaram com a utilização da cartografia, ferramenta metodológica que aparece em quatro dos quinze estudos finais, também a análise de relatos de experiência e análise do discurso, principalmente em estudos realizados no campo de estágio dos pesquisadores. Também, metodologias participativas com o uso de diários de campo, entrevistas semi-estruturadas e pesquisa descritiva-exploratória.

Após leitura e separação em tópicos, foram definidas categorias dos principais assuntos abordados para facilitar o desenvolvimento da análise e o mapeamento dos temas estudados que englobam os descritores previamente definidos. As categorias foram: 1. Subjetividades, cuidado e políticas públicas, a primeira categoria visa compreender os estudos que inserem o território a partir dos desafios das políticas públicas na atenção básica e da produção do cuidado e subjetividade nesses locais; 2. Territórios marginalizados, a segunda categoria se refere aos territórios urbanos caracterizados por algum tipo de vulnerabilidade social colocando em análise a construção de subjetividades e conhecimento diante desses territórios; 3. Territórios rurais, a terceira, e última, categoria se implica a entender as formas de cuidado e produção de saúde mental em comunidades quilombolas e rurais.

### **Territórios marginalizados**

Nessa categoria foram inseridos cinco artigos que abordam estudos em territórios urbanos marginalizados e vulneráveis. Em relação aos caminhos

metodológicos foram utilizadas metodologias participativas, qualitativas, a cartografia e um ensaio sobre a temática.

Figueiredo et al. (2021) realizaram uma intervenção em um bairro no município de Parnaíba localizado no Piauí. O território em questão é marcado pela desigualdade social, sendo essa problemática atrelada às dimensões ético-políticas-afetivas, também relacionadas ao econômico, jurídico e subjetivo. O sofrimento ético-político é posto como uma questão psicossocial que precisa ser entendida a partir das condições sócio-históricas.

Segundo os autores, é no campo das relações comunitárias que há a formação psicossocial, o processo de constituição do sujeito mediante as subjetivações que o atravessam. Nessa perspectiva, a psicologia comunitária ocupa um lugar essencial na mediação dos territórios diante das famílias, grupos e instituições que formam as especificidades das comunidades. Assim, a pesquisa demonstra, através das práticas realizadas no território estudado, a importância de ações coletivas para a superação de dificuldades sociais e na saúde, espaços coletivos se apresentam como essenciais para a produção de saberes e práticas de apoio comunitário. A construção de redes de apoio que promovem saúde e a cogestão dos problemas do território, a partir de quem constitui aquele espaço, se apresenta como elemento chave no desenvolvimento das potências singulares/coletivas na expansão do cuidado, luta e direitos.

Seguindo o entendimento da importância da vivência e construções comunitárias como produtora de vínculos e subjetividades, Hüning e Gomes (2019) em seu artigo discutiram novas maneiras de ocupar e produzir no território acadêmico, principalmente em pesquisas relacionadas a territórios urbanos. Os autores trazem que ao final dos anos 1990 houveram diversas mudanças político-econômicas e conseqüentemente o agravamento de desigualdades sócio-econômicas e da violência urbana, e assim a Psicologia foi levantada para estudar esses territórios. Os pesquisadores entendem que a produção do conhecimento deve ser feita através de experiências no campo e não somente sobre o objeto, a partir disso foram levantadas considerações de uma possibilidade teórico-metodológica.

Foi colocado em questão para o estudo na Psicologia os territórios e a sua relação com a subjetividade, dando destaque aos afetos e os vínculos cultivados do que exclusivamente à razão, e indo de encontro com o modelo clássico da ciência

que se propõe neutra e não considera as diversas singularidades ali presentes. Dessa forma, foi-se construindo um território acadêmico em que os pesquisadores em contato com o objeto de pesquisa fossem peças chave para a análise, sendo essencial os afetos, pensamentos e sensações construídos no contato com o campo. A pesquisa-experiência se apresenta então na inserção do pesquisador no território, valorizando o percurso, singularidades e afetos vivenciados, a experiência se torna o ponto de partida quando se procura levar a vivência do pesquisador para a análise da pesquisa, no intuito de dialogar e investigar a partir do domínio teórico sobre as territorialidades e subjetividades que circulam em determinado espaço.

Lima e Alvarenga Filho (2018) em sua pesquisa fizeram o uso da cartografia como metodologia no intuito de captar encontros e realidades inesperadas no território, entendido como espaço político-existencial, de relação de poder, afetos e vínculos. O estudo realizado em uma unidade prisional em Pernambuco, a partir do diário de campo do apoiador institucional, nos mostra a visão de um trabalhador negro em uso do seu jaleco branco coberto do suposto saber. Os autores revelam cenas do cotidiano da unidade prisional e as falhas estruturais da instituição, sendo algumas delas o uso da medicalização como controle bioquímico do viver, controle institucional dos corpos em reprodução da lógica escravocrata, vulnerabilidade dos corpos pretos, e ainda mais corpos transsexuais.

Ao descreverem aquele território os autores demonstram os reflexos que os encontros no cotidiano produzem, sendo necessário criar um corpo que não desanime diante da realidade presente para poder habitar aquele espaço, mas que consiga desenvolver e potencializar maneiras de fuga e cuidado. Criar estratégias e adaptações que são experimentadas durante a própria prática sem garantias se as consequências serão potentes ou equivocadas. Também é citado a proteção que os profissionais da saúde recebem dos privados de liberdade, momentos em que se percebe a coexistência da violência e do cuidado no mesmo território, cuidar e ser cuidado.

Em uma direção correlata, acerca das críticas e reflexões da lógica de controle e os impactos das políticas públicas com uma população marginalizada, Macerata e Passos (2015) visam em seu trabalho expor caminhos do cuidado e problematizam o paradoxo entre cuidado e controle, presente em um serviço da política municipal de assistência social, o Ação Rua, destinada a jovens em situação

de rua, na cidade de Porto Alegre. Foi realizada uma cartografia do campo a partir da análise do serviço, da política de assistência social e do diário de campo.

Os autores entendem como bruto social a forma em que os sujeitos a margem da sociedade experienciam a cidade, isso é: as estéticas em sua face bruta e completa de intensidade, com potencial para produzir outras estéticas existenciais. É no encontro da sociedade com os ditos “excluídos”, nas zonas de miséria que são como um “fora-dentro” da sociedade, que se produzem ações do que está definido em lei. Contudo, a forma como estas ações são feitas e como a relação é construída entre sujeitos e territórios é determinante na produção dos efeitos da intervenção na experiência efetiva dos usuários do serviço. Assim, a política do Ação Rua deve considerar tudo o que compõe e estrutura a rua, não somente os usuários, dessa forma as estratégias e caminhos realizados podem fugir da lógica de controle normalizante e individualizante, no intuito de produzir intervenções de cuidado tanto para os usuários quanto de mudanças na própria sociedade. Portanto, os pesquisadores entendem que o modo de ocupar o tempo, o território e conduzir o corpo e os projetos influencia de maneira essencial a composição daquele território existencial.

Segundo o entendimento de Macerata e Passos, em relação às reflexões dos impactos das macropolítica na produção de cuidado e da lógica do capital, Rosa e Silva (2020) realizaram uma pesquisa qualitativa e social em saúde utilizando diários de campo feitos a partir de encontros com entrevistas semiestruturadas. O estudo foi feito em uma Unidade de Saúde da Família, Unidade da Vila dos Pescadores, no município de Cubatão, no estado de São Paulo. O objetivo foi entender, a partir de um território caracterizado pela violência e exclusão, a qualidade das relações intersubjetivas formadas por indivíduos que fazem parte da micropolítica da produção de cuidado na saúde mental.

Segundo as autoras, o conceito de território a partir da Geografia Crítica tornou-se uma forte referência para construção de intervenções e políticas públicas. Partindo desse viés, a pesquisa apresenta a afetividade como base central para as análises feitas em relação ao entendimento das intersubjetividades presentes no cuidado a indivíduos em sofrimento psíquico em territórios marginalizados. Também foi utilizado o conceito instrumental de sofrimento ético-político para análise do adoecimento psíquico a partir de situações sociais em que comumente é tratado como uma dor inferior. Assim, entende-se que o adoecimento psíquico não está

localizado unicamente no sujeito, mas também a partir da dialética exclusão/inclusão, é no processo de exclusão que o indivíduo vivencia maneiras de adoecimento psíquico através do fenômeno político, social e a lógica do capital.

As pesquisadoras identificaram os impactos que a gestão macropolítica causa no campo da produção de cuidado, precarizando as relações estabelecidas nas equipes entre os profissionais e na interlocução do serviço com o território. Dessa forma, a aposta na afetividade como propulsora das ações, com o apoio matricial na criação de lugar/vínculos para promover a superação do sofrimento ético-político e a promoção de saúde mental no território.

Diante dos estudos, foi possível perceber o quanto a esfera do político, que é posto como meio de deliberação e decisões, têm impactos significativos para modos de submissão psíquica e sofrimento social, bem como a menor participação pública simboliza um ganho ao sistema neoliberal e controle dos corpos, com processos de exclusão da dialética do meio social e do corpo do sujeito.

### **Subjetividades, Cuidado e Políticas Públicas**

Nesta categoria foram classificados oito artigos que abordam sobre a aplicação do território nas políticas públicas de saúde mental, práticas de cuidado e também a subjetividade. No que se refere aos procedimentos metodológicos se destacam a cartografia, análise de conteúdo e revisão de literatura.

Alves, Bruning e Kohler (2019) realizaram uma revisão bibliográfica e pesquisa descritiva-exploratória de natureza aplicada para compreender a atuação dos psicólogos inseridos no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Feita através de pesquisa de campo com nove psicólogos entrevistados que atuam no NASF na Região de Saúde da Foz do Vale do Itajaí. O estudo mostrou que o NASF foi criado como um espaço de inserção na Atenção Primária para a atuação dos profissionais da saúde. Por meio do apoio matricial, equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) devem conduzir os casos e os profissionais apoiadores (NASF) complementam o trabalho construindo espaços de comunicação para aumentar a resolutividade no cuidado dos usuários e problemas de saúde do território. Assim, foi levantado que a atuação do psicólogo é sustentada por três propostas: intervenções sanitárias, clínico assistencial e técnico-pedagógica. As pesquisadoras estruturam o estudo em três categorias de análise sendo elas: território, apoio e cuidado.

Os estudos mostraram que, para os entrevistados, conhecer o território em que os usuários vivem possibilita uma aproximação e uma melhor atuação sobre a realidade da comunidade. As análises visam compreender a relação entre psicólogo e a comunidade, quais estratégias de levantamento e planejamento efetivadas. Assim, foram destacadas estratégias de levantamento de indicadores de saúde mental e demandas do território feitas em conjunto com as ESF, sendo as principais queixas a ansiedade, depressão, questões escolares e alto índice de uso de psicotrópicos. Também, foram citados obstáculos no serviço em função das dificuldades na organização e planejamento dos indicadores voltados à saúde mental. Em relação ao apoio, foram levantadas ações de apoio técnico-pedagógico, como trocas de experiências das equipes, discussão de casos e demandas em comum, que acontecem por meio das ações de educação permanente, inter-relação com a ESF, reuniões de equipe e projetos para a comunidade. As dificuldades colocadas foram em relação à rotatividade dos profissionais, relações pessoais dos profissionais com os usuários, inserção de projetos e intervenções.

Com isso, em relação ao cuidados foram citadas atividades de educação em saúde, intervenções em grupos e atendimentos individuais, contudo também foi levantado as barreiras encontradas no serviço, como ausência de locais de cuidado para a comunidade e a dinâmica de produtividade do serviço, em que o profissional responde por produção para obter indicadores para o Estado. Assim, o estudo destaca a atuação e dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde frente às políticas públicas e a aplicabilidade destas nos territórios.

Em concordância com o estudo anterior e o entendimento de que conhecer e considerar os aspectos territoriais impactam na atuação profissional, Lemke e Silva (2013) trouxeram contribuições sobre os cuidados territoriais a partir da atuação dos acompanhantes terapêuticos, agentes comunitários de saúde e redutores de danos. A pesquisa parte do pressuposto ético e técnico em definir o território como princípio organizador das práticas de cuidado, bem como ter a integralidade como base de trabalho no intuito de ampliar a percepção e direcionar o olhar para os territórios, contextos e interações, pois segundo os autores “Uma prática de cuidado só pode ser consequente se for relativa ao sujeito em seu contexto existencial” Lemke e Silva (2013). Assim, as três experiências de cuidado citadas tem uma relevante importância na construção de um modelo territorial com a institucionalização do SUS.

O acompanhante terapêutico (AT) se desenvolveu como um dispositivo clínico-político da Reforma Psiquiátrica, se tornando uma função essencial nos processos de desinstitucionalização. O AT se constitui como projeto político que desconstrói pilares da clínica tradicional e amplia o território de atuação das práticas de cuidado. Em suas intervenções, se faz da lógica territorial do cuidado ao usar do potencial terapêutico da rua e da luta pelo direito de circulação e cidadania do louco, em que apresentam postura política ativa, assim a cidade passa a ter valor de *setting terapêutico*. Outra experiência do cuidado são os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), que fomentam itinerários no território dos usuários da Atenção Básica com o objetivo de realizar um cuidado inserido no contexto da comunidade. A estratégia visa ampliar a cobertura das ações de saúde para a população com dificuldade de acesso ao serviço e servir como elo entre as equipes de saúde e o contexto das comunidades. O ACS contribui para o modelo de cuidado territorial através das suas atribuições com ações diretamente integradas ao território e ao contexto de vida da população, é posto como um trabalhador afetivo que acessa o território existencial, constrói uma rede de apoio terapêutico e reorienta o modelo de atenção ao cuidado integral das famílias.

Também, a prática dos Redutores de Danos se dá no território por meio de ações de cuidado com pessoas que usam drogas. A RD é um modelo alternativo que vai de encontro ao paradigma da abstinência, com procedimentos que visam minimizar as consequências do uso de drogas. A postura ética do RD produz territórios de cuidado ao não moralizar o usuário e operar a partir de metas para a possível abstinência de forma realista com o contexto do sujeito, por meio da diminuição ou substituições menos nocivas e o uso mais seguro. A ação dos RDs se torna uma clínica a céu aberto que atua na singularização subjetiva e territórios existenciais, o elo entre o usuário e o sistema movimenta um potencial político na construção do modelo territorial.

Em continuidade com estudos dos profissionais que lidam de maneira direta com o território e o cuidado com as famílias, Taborda, Bernardes e Marques (2015) a partir das práticas de estágio realizaram seu estudo em que visam contribuir, com base nas noções de território e de espaços heterotópico, com reflexões sobre as práticas dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) nas Redes de Atenção à Saúde (RAS). O estudo entende que tanto o território quanto as pessoas são objetos de pesquisa, pois o território possui uma significação existencial. A prática do ACS

tem relação direta com o território, vai além do itinerário e se implica nos encontros, vivências e relações ali presentes. Assim, o artigo traz os conceitos de sistema corte-fluxo e de ritornelo, de Deleuze e Guattari (1976, 1995) para problematizar a questão do território, também trabalha a questão do espaço e o modo de subjetividades dos agentes a partir do conceito de heterotopia, de Foucault, entendido como a confluência de um espaço real e espaço irreal.

Por meio da análise das atividades do AC, os autores pontuam o risco dos agentes compactuar com as perspectivas biomedicalizantes e atuarem com o policiamento de doenças e hierarquias dentro do serviço. O estudo mostra a possibilidade e importância de outros métodos de intervenção que fogem, de maneira subversiva, do modelo hospitalocêntrico e objetiva alcançar novas formas de cuidado e práticas de saúde nos espaços. O trabalho do AC produz processos de múltiplos territórios existenciais por meio das intervenções realizadas, nesse sentido, as mudanças feitas não permitem que o agente volte ao mesmo de quando saiu daquele território. Portanto, o agente se coloca na posição de cartógrafo, em que vivencia no caminhar o fluxo e a construção diária do território e o vínculo com os sujeitos, sendo também a comunidade a que pertence e onde intervém, obtendo a experiência de trabalhador e usuário do serviço ao mesmo tempo.

Na mesma linha de pesquisa em intervenções de modos antimanicomiais e que visam a relação território e sujeito como objeto de estudo, Frazatto e Fernandes (2021) realizaram um relato de experiência diante das práticas feitas em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo I no Estado do Paraná, para isso utilizaram a memória e os registros pessoais de uma das autoras e documentos da equipe. O artigo busca refletir sobre caminhos e dificuldades no processo de desinstitucionalização considerando que esse processo se adapta às especificidades de cada lugar, não sendo uniforme em todo país. Efetivar estratégias que possibilitem a liberdade é um dos desafios da prática dos profissionais, assim foi apresentado estratégias realizadas que visam produzir articulações com a comunidade.

Os Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) são instrumentos que proporcionam a recuperação da autonomia do indivíduo através de ações em espaços de trocas, os projetos são construídos em conjunto ao usuário, familiares e a equipe do serviço. Contudo existem desafios que foram levantados, como o de que os PTS se limitam a atividades internas que o serviço oferta do que em

atividades a partir da necessidade de cada usuário, o que limita o potencial a ser explorado nos demais territórios. Também a lógica produtivista em que mantém o usuário ocupado dentro da instituição e não estimula as intervenções externas que colaborem com a reconstrução de sua vida, usando recursos e saberes de outros espaços.

Outra estratégia são as Oficinas Terapêuticas, são espaços coletivos de partilhas entre usuários e equipe construídos no intuito de irromper com o isolamento daqueles que sofrem psicicamente. Porém, as atividades trabalhadas de forma geral são criadas pela leitura que a equipe faz das necessidades e não diretamente dos usuários, assim há dificuldades como falta de adesão, oficinas que interessam a grupos específicos e a falta de articulação das atividades e dos PTS. Para isso foram criados meios de comunicação e diálogo para melhor atender as necessidades dos usuários. A última estratégia pontuada foi o mapeamento de locais na cidade que proporcionem vínculos, práticas de cuidado, atividades para a população construindo a Rede de Atenção Psicossocial, conhecendo o território e efetivando o matriciamento com diversos setores.

Em meio a estratégias de intervenções territoriais nos dispositivos de saúde pública, os estudos de Vieira e Neves (2017) visam questionar os processos e práticas de cuidado no território entre a Saúde Mental e Estratégia de Saúde da Família, para isso, utilizaram da cartografia no estudo feito na rede de saúde do Município de Macaé, junto a uma equipe de Saúde Mental e uma equipe da Estratégia de Saúde da Família, também se utilizam da experiência profissional como psicólogas em campo. A partir de debates no campo da saúde internacional e a da Reforma Sanitária Brasileira foram criadas novas condutas na atuação da atenção primária e áreas afins para os procedimentos nas intervenções de pessoas em sofrimento. O estudo acredita que muitas vezes as demandas nos serviços têm um melhor acompanhamento quando feito de maneira multidisciplinar, integrando os profissionais, os serviços e a comunidade. A rede básica e o território são levantados como pontos importantes para realização de novas práticas que rompam com modelos assistenciais medicalizantes voltados para o conceito de doença, para formar uma interface com uma rede de cuidados de base territorial com uma saúde integral, universal e pública.

No campo da atenção básica, a produção mapa do território sanitário na Estratégia de Saúde da Família tem sido marcada pela territorialização e definição

da população em uma área definida. Assim, entende-se que o território que a saúde intervém não se reduz a uma região administrativa mas também dimensão viva, processual e qualitativa que faz um território existencial. Essa territorialidade é, em seu modo de operar, itinerante, considerando os percursos e trajetórias vividas. Também foi pensada a prática clínica nesses locais, ela deve romper com a perspectiva tecnicista em saúde ela levar em consideração a criação de laços e vínculos dos profissionais com a comunidade, compreender as diversas possibilidades de práticas do cuidado e trabalhar na produção de vida sendo ela mesma potencializadora de novos encontros. Dessa forma, o estudo possibilitou questionamentos da causa e efeitos diante das ações realizadas nos territórios.

Em contrapartida aos estudos que consideram o território existencial como base para romper com o tecnicismo universal, outras atuações na prática mostram uma realidade ainda presa a determinações institucionais e pouco aberta à colaboração comunitária. Maheirie et al. (2021) utilizaram a análise de discurso em entrevistas semiestruturadas para explorar os modos como se organizam os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), por meio das experiências coletivas e práticas comunitárias realizadas pelas equipes-território, analisando as relações de concordância e discordância nas equipes. A pesquisa foi feita na região sul do Brasil. O estudo traz que o CRAS tem permitido a inserção da psicologia de forma ampla no território nacional, mas ainda carece de teóricos sólidos e contra-hegemônicos, assim o serviço deve apresentar saídas coletivas de enfrentamento de situações de pobreza-vulnerabilidade e resistência-criação fortalecendo vínculos coletivos com processos democráticos e partilhas.

Nos resultados foi apontado que não é incomum que as práticas dos psicólogos se construam em contextos não-comunitários e não transdisciplinares, essas lógicas serializantes se mostram na realização de trabalhos transdisciplinares que deveriam compor o cotidiano dos espaços dos CRAS. Através de mapeamento a partir dos usuários é possível pontuar as principais demandas do território e as significações dadas pela comunidade para os problemas sem que a equipe tente sobrepor seus significantes e perca a participação coletivas e contra-hegemônica. Também foi levantando a relação entre as equipes em que se mostrou, de forma geral, um bom relacionamento e os modos de superar diferenças através de debates e deliberações coletivas, que incluem as políticas que institucionalizam os serviços.

Por fim, foi apontado práticas que reduzem a dinâmicas institucionais e internas, que esperam o usuário se direcionar ao serviço. Essa prática pode sobrepor as ações de territorialização e coletivas, que ultrapassam as barreiras dos muros da instituição e vão ao território. É preciso fortalecer o comprometimento ético-político do CRAS em permitir que a comunidade tenha posse dos saberes e das práticas de cuidado culturais e históricas, promovendo coletivização e tornando os que são ditos como margens centrais aos processos democráticos.

Também, correspondente aos dados levantados por Maheirie et al. (2021), Costa, Figueiró e Freire (2014) mostram na prática as dificuldades de se construir um serviço não-institucionalizante e que promova a coletivização no território. A partir de uma cartografia realizada em um Centros de Atenção Psicossocial II (CAPS), em Natal-RN, os pesquisadores questionam as práticas de cuidado analisando os “usuários profissionais”, usuários estes que não criam vínculos externos ao CAPS por manter uma interdependência com o serviço, e quais práticas sustentam esse fenômeno. O estudo mostra como a Reforma Psiquiátrica promove alterações nas estruturas de cuidados na saúde mental com a implementação de uma rede de serviços que oferece atendimento e acompanhamento que objetiva a reinserção social dos usuários, como o CAPS. Contudo determinadas práticas do serviço podem gerar a cronicidade e a institucionalização dos sujeitos ao não promover a autonomia do usuário dentro do seu território, que aqui é entendido como existencial - sendo não só um lugar delimitado geograficamente mas um campo de vínculos e construção de subjetividades.

Através da inserção dos pesquisadores no CAPS foram levantadas alguma questões diárias no serviço como a dinâmica durante as refeições coletivas em que havia a separação de usuário e profissionais que denota uma hierarquização; a gestão do cotidiano do serviço que não conta com a participação dos usuários; estratégias de atuação construídas sem considerar as necessidades dos usuários; oficinas do serviço feitas sem definir demanda e objetivo mas a partir da habilidade e disposição do profissional; por vezes o uso da ameaça de penalização pelos técnicos na tentativa de promover a participação dos usuários nas atividades; falta de projetos terapêuticos singulares (PTS).

A pesquisa entende que as interações do cotidiano do serviço constroem os territórios existenciais e são fundamentais para a construção ou não da relação de dependência mútua: usuário-dependente/ serviço-dependente, que define a

cronificação do sujeito dentro da rede. Alguns pontos que colaboram para a institucionalização são: a infantilização do usuário, a restrição às ações no serviço em relação à comunidade e as relações hierárquicas. No caso analisado no estudo, os pesquisadores notaram que não existiu diálogo de estratégias com as demais equipes do território para promover, junto com a usuária, vínculos com outros serviços, o que dificulta o apoio matricial de cuidados em conjunto com toda rede. Essa prática mantém o sujeito dependente dos serviços do CAPS e não promove a maior autonomia possível, gerando uma ruptura com o mundo externo e indo de encontro a proposta de reinserção social.

Ainda no campo das políticas, porém com viés mais aprofundado na questões de conflitos políticos e não mais nas instituições de saúde, Lopes e Paula (2022) realizaram uma revisão de literatura e tiveram como objetivo entender como as relações de cuidado se colocam nos territórios e se implicam como mediadoras nas relações territoriais. Para isso, as autoras trazem o termo Geografia dos Cuidados que faz parte do Campo de estudo da infância: a geografia da infância. Essa área estuda a diversidade de infâncias mediante os espaços geográficos e as expressões espaciais presentes. Na pesquisa a produção da geografia do cuidado é investigada a partir da relação de pais e filhos (as). Nesse sentido, é possível falar sobre território de infância, que entende como diversos caminhos sociais influenciam o início da vida dos sujeitos e também sobre o topocídio, definido como o apagamento de espaços e conseqüentemente das relações subjetivas e do território de quem ocupava aquele local.

As autoras trazem como base literaturas que abordam sobre o apagamento histórico e político de comunidades e sua influência nas relações de cuidado na paternidade, bem como as práticas dos benzedeiros (as) que expandem os cuidados para além do núcleo familiar. Assim, há historicamente territórios que são apagados de forma violenta, as conseqüências ultrapassam o limite físico e político e adentram no simbólico. À medida que os sujeitos não eram mais reconhecidos em seu território foram se criando novas possibilidades de laços, através da resistência e do respeito e cuidado. Formaram comunidades em que os sujeitos se reconhecem na mesma posição, onde os pais e suas famílias puderam sair da crise e aprofundar as relações parentais criando um espaço de confiança.

Também, abordou-se a posição dos benzedeiros nas comunidades, figuras centrais que atuam na saúde do corpo e do espírito dos enfermos. Essa prática visa não só a cura do indivíduo mas também o equilíbrio dos membros das comunidades com o mundo, é uma prática passada pelos mais velhos que escolhem e repassam segredos, sabedorias da benzeção e práticas de cuidado para quem afirma o compromisso pelo resto da vida. No livro Torto Arado, o personagem Zeca Chapéu Grande é a figura central que ocupa uma hierarquia, respeito e admiração no território. Assim, segundo Lopes e Paula (2022) “ Ou seja, um pai que criava e cuidava de seus próprios filhos e filhas, mas que exercia uma paternidade que se expandia para além de sua casa, abarcando todos aqueles que o procuravam em busca de cuidado e proteção.”

### **Territórios rurais**

No eixo de análise em territórios rurais foram considerados dois artigos em que um implica seus estudos em território de comunidade quilombola, no interior de Alagoas, e outro em assentamentos rurais, localizados no Rio Grande do Norte. Foram utilizados como instrumentos das pesquisas a entrevista semiestruturada e o diário de campo, bem como o roteiro semi estruturado e observação participante para que posteriormente fosse realizada análise de conteúdo temático categorial dos resultados.

Fernandes e Santos (2019) em sua pesquisa com moradores do quilombo buscam, por meio do diário de campo e entrevista semiestruturada, compreender, os processos de saúde-doença-cuidado a partir dos recursos utilizados na comunidade em direção ao bem estar e a saúde, sendo esses caminhos traçados chamados de itinerários terapêuticos. Para os autores os itinerários terapêuticos fogem de uma simples apresentação das escolhas realizadas pelos indivíduos em relação aos equipamentos institucionalizados mas se mostra uma importante ferramenta para estudos na prática da saúde comunitária. É um importante instrumento para ter acesso às construções do que é saúde nos territórios negros rurais e como isso se forma levando em consideração as estruturais materiais, sociais e subjetivas das comunidades. Os caminhos traçados pelos sujeitos são estruturados pela variedade de saber a partir dos recursos em que se tem acesso, as concepções socioculturais e o grupo em que está inserido.

A literatura e as metodologias utilizadas pelos pesquisadores apontam as dificuldades e a falta de acesso aos direitos básicos de saúde e aos serviços públicos. Os equipamentos de saúde públicos estão distantes das comunidades de forma estrutural ou através da barreiras na aceitabilidade e diálogo com os tratamentos tradicionais e saberes locais dos territórios. As práticas de cuidado locais se apresentam não somente como modos de cuidar de doenças e se fazer frente às dificuldades de acesso aos equipamentos de saúde, mas também são cosmovisões que estruturam o sujeito subjetivamente na interpretação da realidade e que promovem ações e conhecimentos coletivos passados a outras gerações. Se atrelam ao cuidado em sua dimensão maior, práticas que cuidam do território vinculadas aos modos de vida e da compreensão dos fenômenos nos processos de saúde-doença-cuidado

Assim, políticas que não levam em conta os modos de viver de cada território e não legitimam categorias de raça-etnia ignoram fatores estruturantes básicos que configuram determinadas comunidades, somente a redistribuição de políticas que não conhecem as problemáticas sociais de cada território perdura o negligenciamento com territórios rurais. Sendo a psicologia uma aliada para a mediação dos saberes técnico-científicos e os saberes populares nas fronteiras epistemológicas.

As dificuldades ocorridas ao se aplicar uma política que não tenha o entendimento da importância das características estruturantes de cada território também são constatadas no estudo de Neto e Dimenstein (2017). Os pesquisadores analisaram a saúde mental em contextos rurais a partir de assentamentos com profissionais da saúde pública. Os autores destacam dentre as condições de vulnerabilidade psicossocial e ambiental os sofrimentos referentes aos Transtornos Mentais Comuns (TMC), sintomas não psicóticos e que não entram facilmente na categoria de “doenças”, e o uso problemático do álcool. Também é destacado o baixo número de estudos no território de assentamentos rurais, o que demonstra a indiferença de pesquisas em políticas públicas nos cuidados com essa população, bem como as dificuldades de acesso à serviços básicos de saúde e assistência social.

.Em relação às queixas de sofrimentos nesses territórios há uma relação com a baixa escolaridade, dificuldades no trabalho, dificuldades financeiras e dependência familiar, também as queixas que se relacionam com o sofrimento de

base psicossocial estão ligadas às condições de vida e trabalho no campo. Violência contra a mulher e o uso indiscriminado de substâncias psicotrópicas bem como o tráfico de drogas também foram temas que se mostraram relevantes durante a pesquisa. Dessa forma a violência no território do campo se torna outro desafio a ser enfrentado por políticas públicas para diminuir situações de vulnerabilidade. No que se refere às políticas públicas voltadas para o campo a pesquisa entende que não produziram resultados expressivos, em função da baixa participação populacional das atividades promovidas, da má gestão quanto a condução mediante a perspectiva territorial e comunitária da Estratégia de Atenção Psicossocial (EAPS) e da não efetividade das visitas domiciliares que produzem vínculos no território e mapeando as necessidades da comunidade.

Acerca das práticas de cuidado, os profissionais citam as dificuldades da tecnificação e objetificação que os modelos hospitalocêntricos e institucionais aplicam, obtendo um distanciamento das práticas populares de saúde, saberes da comunidade que são referências no território rural. Tendo em vista que, para Neto e Dimenstein (2017) “potencializar as práticas e saberes populares significa tornar os sujeitos protagonistas de suas próprias vidas”.

### **Considerações Finais**

Diante das pesquisas apresentadas, é possível notar como o território e suas concepções adentram em várias áreas do conhecimento, e para além de localizador geográfico e fator político-administrativo, o desenvolvimento desse conceito amplia o debate e se mostra extremamente relevante como fator intrínseco na constituição da subjetividade comunitária e ator central de análises das dinâmicas presentes entre sujeito, espaço e o que nasce com essa relação.

Os resultados dos estudos também demonstram o Estado como uma fonte de produção de discursos que atravessam diferentes dimensões da cultura e matrizes psicológicas. A produção de conhecimento pelas instituições e dispositivos influencia a dinâmica de poder em um contexto político, portanto, a maneira como as práticas são conduzidas têm um impacto direto na subjetivação e na formação dos indivíduos, atuando como um mecanismo de controle sobre os corpos e os desejos. Dessa maneira, as dinâmicas sociais relacionadas à vida pública e a gestão do

Estado são determinantes para a promoção da saúde mental. Sendo uma figura indissociável entre os conflitos psíquicos e conflitos sociais, as políticas se mostraram implicadas em territórios com falhas estruturais que muitas vezes sustentam visões que não condizem com a cultura, saberes e práticas da população local, ou seja, sem considerar o entendimento de “territórios existenciais”.

Assim, a partir dos resultados e análises, foi possível perceber um maior número de artigos que pautam sobre políticas públicas e os serviços que constituem a rede pública de saúde mental, estes estudos visam a análise e propostas de melhoria na dinâmica dos serviços, bem como se vinculam, em sua maioria, com a produção de subjetividades por parte dos usuários. Também, demonstram que por vezes as práticas vão de encontro com algumas determinações propostas nas instituições, tornando os resultados das pesquisas exploratórias não unânimes quando se refere às estratégias utilizadas no desenvolvimento do trabalho.

O delineamento desse vínculo permitiu demonstrar a ligação direta entre as políticas e estratégias que regem os serviços públicos e os impactos na produção saúde mental, subjetividades e autonomia dos sujeitos e comunidades que são acolhidos ali. Assim, houveram temáticas que deram embasamento histórico-temporal que se destacaram com o uso recorrente, como a Reforma Psiquiátrica, Reforma Sanitária, o SUS e conceitos como o de territórios existenciais, geografia do cuidado e matriciamento.

A pesquisa mostra o baixo número de estudos voltados para os territórios rurais, sendo dois entre os quinze selecionados. Esse fato denota a necessidade de uma maior implicação dos pesquisadores da psicologia quando se trata de territórios fora da zona urbana. Em geral, as comunidades rurais e quilombolas vem sendo incorporada pelos(as) pesquisadores(as) como categoria de análise para compreensão das práticas de cuidado dos sujeitos que compõem esses territórios. Essa categoria também traz fatores ligados às subjetividades que estruturam os saberes populares das práticas de cuidado e os desafios enfrentados pelas comunidades no acesso às redes públicas de saúde.

Por fim, se mostrou expressivo o número de artigos que realizaram seus estudos a partir do território urbano. Essa categoria denota ênfase a locais dentro das cidades que se caracterizam pela vulnerabilidade e violência, locais tidos como

territórios marginais. Nesse eixo, são marcadas as questões de desigualdade sócio-econômica associadas às dimensões ético-políticas-afetivas que se entrelaçam com a produção de violências psicológicas. Também, foi posto em questão a qualidade das relações intersubjetivas tanto dos profissionais que atuam na saúde mental quanto dos sujeitos que vivem nesses locais em vulnerabilidade.

O estudo presente possibilitou a construção de um panorama geral das pesquisas acadêmicas em psicologia, dos últimos dez anos, no que diz respeito à área de conhecimento de temas sobre o território. Conforme indicam Martins e Colosso (2013), “a produção de trabalhos científicos sobre determinado tema constitui um exercício de poder, na medida em que pode gerar conhecimentos capazes de transformar a realidade e subsidiar a formulação de políticas públicas”.

## Referências

ALVES, R. B.; BRUNING, N. DE O.; KOHLER, K. C.. “O Equilibrista”: Atuação do Psicólogo no NASF no Vale do Itajaí. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e186600, 2019.

CIRILO, M.; DIMENSTEIN, M.. Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 461–474, abr. 2017.

COSTA, M. da G. S. G da; FIGUEIRO, R. de A; FREIRE, F. H. M. de A. O fenômeno da cronificação nos centros de atenção psicossocial: um estudo de caso. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 22, n. 4, p. 839-851, dez. 2014 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000400013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 mar. 2024. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-13>.

CLAVAL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1978].

FREIRE, Flávia Helena Miranda de Araújo. O fenômeno da cronificação nos centros de atenção psicossocial: um estudo de caso. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 22, n. 4, p. 839-851, dez. 2014 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000400013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 mar. 2024. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-13>.

FERNANDES, S. L.; SANTOS, A. de O. dos .. Itinerários Terapêuticos e Formas de Cuidado em um Quilombo do Agreste Alagoano. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, p. e222592, 2019.

FELICISSIMO, F. B. et al . Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 116-129, abril 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-3687201300010010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-3687201300010010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 mar. 2024.

FIGUEIREDO, E. G et al . Promoção da saúde mental comunitária em um território vulnerabilizado: Desafios e possibilidades. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v.20, n.2, p.30-40, jul. 2021. Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-69242021000200030&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242021000200030&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 11 março 2024. Epub 15-Jul-2021. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol20-issue2-fulltext-2190>.

FURTADO, J. P. et al.. A concepção de território na Saúde Mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. e00059116, 2016.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FRAZATTO, C. F.; FERNANDES, J. C. Práticas do CAPS I e o desafio da desinstitucionalização. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 54–75, 2021. DOI: 10.23925/2594-3871.2021v30i1p54-75. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/44070>. Acesso em: 11 mar. 2024.

HÜNING, S. M.; GOMES, C. A. R.. A Pesquisa-experiência na Psicologia: Corpos, Afetos e Experiências em Territórios Urbanos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe2, p. e225540, 2019.

LEMKE, R. A.; SILVA, R. A. N. DA .. Itinerários de construção de uma lógica territorial do cuidado. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. spe2, p. 9–20, 2013.

LIMA, A.; ALVARENGA FILHO, J. R. DE .. A Potência do Cuidado: uma Experiência no Sistema Prisional de Pernambuco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, p. 117–130, 2018. Lilacs. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-3687201300030009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-3687201300030009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 mar. 2024.

MACERATA, I. M.; PASSOS, E.. Intervenção com jovens em situação de rua: problematizando o cuidado e controle. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 537–547, set. 2015.

MAHEIRIE, K. et al.. Psicologia nos CRAS: Uma análise do dissenso e dos processos de coletivização. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e232754, 2021.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-3687201300030009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-3687201300030009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 mar. 2024.

MOKEN M, PEITER P, BARCELLOS C, ROJAS LI, NAVARRO M, GONDIM GMM, et al. O território na Saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 23-41. 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-516632>. Acesso em: 08 nov. 2023.

NETO, J. A superação da dicotomia objetividade x subjetividade na Geografia e seus reflexos sobre os estudos das relações espaciais de poder e os conceitos de território e territorialidade. **Geosul**, [s. l.], ano 2021, v. 36, ed. 78, p. 333-355, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2021.e72906> . Acesso em: 8 nov. 2023.

RODRIGUES, S. V. de P; LOPES, J. J. M. Assim se benzem crianças: Geografia dos cuidados e territórios de infâncias. **Psicologia em Estudo**, v. 27, 4 abr. 2022.

ROSA, K. R. M; SILVA, C. R. de C. e. Afetividade e a politização da dor em territórios de vulnerabilidade social: micropolítica e a produção do cuidado. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 15, n. 1, p. 1-14, mar. 2020. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-8908202000010004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-8908202000010004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 mar. 2024.

SILVA, Ana Paula Soares da. Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço. In: Democracia participativa, estado e laicidade [recurso eletrônico]: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção / Emerson Fernando Rasera, Maristela de Souza Pereira e Dolores Galindo (Organizadores) – Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. cap.18, p. 309-322. Disponível em: <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Livro-XIX-Encontro-Nacional-Democracia-participativa-Estado-e-Laicidade.pdf>

SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1169>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SOUSA, A. L et al . Diálogos da psicologia existencialista com o conceito de território. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia , v. 26, n. 3, p. 339-349, dez. 2020 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-6867202000030010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-6867202000030010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 jan. 2024. <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26n3.9>.

TABORDA, J. C; BERNARDES, A. G; MARQUES, C. F. Agentes comunitários de saúde nas tramas da rede: territórios e heterotopias. **Rev. Subj. Fortaleza** , v. 15, n. 2, p. 302-309, ago. 2015 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692015000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000200013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 mar. 2024.

VIEIRA, S. S.; NEVES, C. A. B.. Cuidado em saúde no território na interface entre Saúde Mental e Estratégia de da Saúde Família. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 24–33, jan. 2017.